



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÓPOLIS**

### **Estado de Mato Grosso do Sul**

**CONTRATO N° 073/2018.**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÓPOLIS E A EMPRESA IMDICO – INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE CONSULTORIA LTDA - EPP,**

**I - CONTRATANTES:** "MUNICÍPIO DE DEODÓPOLIS", Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Avenida Francisco Alves da Silva n° 443, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.903.176/0001-41, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ/MF 12.270.817/0001 – 69, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **IMDICO – INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE CONSULTORIA LTDA - EPP**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida à Rua Spipe Calarge, N° 247, Jardim TV Morena na cidade de Campo Grande - MS CEP 79050-261, inscrita no CNPJ/MF n° 13.814.929/0001-04, doravante denominada **CONTRATADA**.

**II - REPRESENTANTES:** Representa a **CONTRATANTE** o Sr. **Valdir Luiz Sartor**, Prefeito Municipal, portador do RG n° 1318154 SSP/MS, inscrito no CPF sob o n° 312.958.780 - 20, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Av. Osmir de Andrade n° 80 - centro, nesta cidade e a **CONTRATADA** o Sr. Rodolfo Henrique Feliciano, brasileiro, casado, analista de sistemas residente e domiciliado na cidade de Campo Grande/MS, a Rua Gardênia, N°129, Condomínio Parque Avenida, Bloco H, Apartamento 103 bairro Cidade Jardim, CEP 79002-970 portador do RG n.º 001468454 SSP/MS e do CPF n° 010.561.491-24, ajustam o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições aqui estipuladas.

**III - DA AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO:** O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização da Prefeitura Municipal, exarada em despacho constante do Processo Licitatório n° 115/2018, gerado pelo Pregão Presencial n° 068/2018, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivesse contido.

**IV - FUNDAMENTO LEGAL:** O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas, com o disposto na Lei n° 10.520, de 17/07/2002, e alterações posteriores, Lei Complementar n° 123/06, Decreto Municipal n° 029/2007 e, subsidiariamente, na Lei n° 8.666/93, de 21/06/1993, e alterações posteriores.

**V - FORMA DE FORNECIMENTO:** parcelada de forma indireta.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:** Contrato de Prestação de Serviços Especializados de Treinamentos com vistas a construir de forma participativa as condições para Educação Permanente focando a humanização da gestão, elaborando fórmulas que direcionem e orientem, proporcionando a qualificação da Rede de Saúde, sensibilizando os trabalhadores e usuários para a importância dos aspectos comportamentais nas suas funções e responsabilidades, analisando o cotidiano das relações de trabalhos e desenvolvendo habilidades de relacionamento interpessoal que contribuam para a qualidade das relações e dos resultados organizacionais das estruturas e conseqüentemente dos serviços oferecidos aos usuários do Sistema Único de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR:** Fica fixado o Valor Total do presente Contrato em **R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento definitivo do objeto, com a apresentação da Nota Fiscal somente Eletrônica devidamente atestada.

3.1. Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal/Recibo, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, o pagamento será susinado, até que a adjudicatória tome as medidas saneadoras necessárias.

3.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

6.2. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e com a Previdência Social, que se dará por meio de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), da Certidão de Tributos Federais, Estadual e Trabalhistas, A(s) empresa(s) que possuir (em) Certidão (ões) Positiva(s) com Efeito Negativa (s) e que tiverem seus débitos parcelados deverá (ao) apresentar junto com a Certidão (ões) as Guias de Recolhimentos, devidamente quitada. (com a autenticação mecânica do pagamento).

**CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA:** Os serviços serão prestados conforme termo de referência, após o Recebimento da AF – Autorização de fornecimento emitida pelo Departamento Municipal de Compras.

**CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA:** A vigência desse contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura deste instrumento, até o dia 14/10/2019, podendo ser prorrogado, desde que haja interesse das partes.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:** Sem prejuízo das demais disposições deste Contrato e dos termos do Processo de Pregão nº 068/2018, constituem obrigações da CONTRATADA:

6.1. Fornecer os serviços nas condições, no preço e no prazo estipulados na proposta e no termo de referência, não podendo este ser superior ao limite estabelecido na Cláusula Segunda deste Contrato;

6.2. Fazer a Prestação dos Serviços no local designado pela Secretaria Municipal de Saúde no Município de Deodópolis/MS, sem que implique acréscimo no preço constante da proposta;

6.3. Os Serviços deverão se adequar as seguintes disposições:

6.3.1. Capacitar os trabalhadores em saúde da área gerencial para a adoção das melhores práticas de gestão quanto ao financiamento e gestão de pessoas.

6.3.2. Capacitar os gestores e trabalhadores em saúde para a adoção das melhores práticas de gestão e atenção baseada no desempenho das equipes;

6.3.3. Capacitar os trabalhadores em saúde da área gerencial para a adoção das melhores práticas de gestão estratégica quanto aos pactos sociais, regulação do acesso aos serviços de saúde e contratos com os prestadores, incluindo o monitoramento e atualização do COAP (Contrato Organizativo de Ação Pública).

6.3.4. Capacitar os trabalhadores em saúde da área gerencial para a adoção das melhores práticas de planejamento quanto à discussão e definição de modelo de gestão e de atenção à saúde.

6.3.5. Capacitar gestores, trabalhadores e usuários para a consolidação da gestão participativa de trabalhadores e usuários;

6.3.6. Capacitar gestores, trabalhadores e usuários para a consolidação da estratégia de educação permanente;

6.3.7. Capacitar gestores e trabalhadores com vistas a garantir o acesso, oportuno e acolhedor (HUMANIZAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE) aos usuários do SUS, em atenção aos princípios da universalidade, integralidade e equidade, nas unidades locais de saúde, básicas e de média complexidade ambulatoriais e hospitalares, bem como aos serviços oferecidos em outras localidades conforme os pactos da atenção à saúde;

### **6.3.8. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES**

6.3.8.1 Elaborar o Plano de trabalho que será validado pela equipe gestora da Secretaria Municipal de Saúde;

6.3.8.2. Realizar as seguintes Oficinas de trabalho com as equipes:

6.3.8.3. Oficina sobre o SUS e as redes de atenção à saúde;

6.3.8.4. Oficina de financiamento;

6.3.8.5. Oficina de Gestão de pessoas;

6.3.8.6. Oficina sobre a qualidade da gestão baseada no desempenho das equipes;

6.3.8.7. Oficina de pactos assistenciais;

6.3.8.8. Oficina de Regulação do acesso;

6.3.8.9. Oficina de Contratos e convênios;

6.3.8.10. Oficina de Planejamento, modelos de gestão e atenção à saúde;

6.3.8.11. Oficina de Gestão participativa com os trabalhadores;

6.3.8.12. Oficina de Gestão Participativa com usuários;

6.3.8.13. Oficina de Educação Permanente com trabalhadores, usuários e gestores;

6.3.8.14. 03 (três) oficinas com todo o conjunto de trabalhadores sobre a Política de Humanização da Atenção à Saúde;

6.3.8.15. 02 (oficinas) com os usuários sobre a Política de humanização.

6.3.8.16. Realizar pesquisas trimestrais alternadas sobre o clima organizacional e satisfação do usuário;

6.3.8.17. Realizar uma avaliação inicial, intermediária e final (12 meses) sobre o aproveitamento dos trabalhadores em saúde;

6.3.8.18. Elaborar relatórios mensais das atividades executadas.

### **6.3.9. METODOLOGIA**

6.3.9.1. Consistirá em reuniões mensais com a equipe gestora da Secretaria Municipal, capacitação e nivelamento de conhecimentos sobre o SUS e a Rede de Atenção à Saúde, à qual está inserido o município, bem como da Política Nacional de Humanização em todas as suas vertentes, destinada a todos os trabalhadores em saúde, realizada em momentos de aglomeração de todos e de dispersão por unidades de saúde e por especialidade, estudos técnicos sobre financiamento e gestão realizados na sede da empresa e apresentados em momentos presenciais e consubstanciados em relatórios.

6.10. Relativamente ao disposto no presente tópico aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 - Código de Defesa do Consumidor.

6.11. O ato de recebimento do item licitado, não importa em sua aceitação. A critério do (a) Secretário (a) da Pasta, os serviços será submetido à verificação por servidor nomeado. Cabe ao fornecedor a troca, no mesmo dia, os itens, que vierem a ser recusados por não se enquadrarem nas especificações estipuladas ou apresentar defeitos ou dano em geral, identificado no ato da entrega ou no período de verificação.

6.12. A Administração Pública poderá se recusar a receber o objeto licitado, caso este esteja em desacordo com a proposta oferecida no momento do Certame, circunstância esta que será devidamente registrada e que caracterizará a mora do adjudicatário.

6.13. Estando em mora a CONTRATADA, o prazo para substituição dos serviços/veículo, de que trata o item 6.4, não interromperá a multa por atraso prevista no parágrafo segundo da Cláusula Décima Segunda;

6.14. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

6.15. Manter todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no Pregão nº 068/2018, durante a execução do Contrato.

**CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:** Sem prejuízo das demais disposições deste Contrato e dos termos do Processo de Pregão Presencial nº 068/2018 constituem obrigações do Município:

7.1. Efetuar o Pagamento no Valor estipulado na Cláusula Segunda;

7.2. Exigir o cumprimento rigoroso de todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente contrato;

7.3. Fiscalizar e conferir os serviços, através da Secretaria de Saúde, se os mesmos estão condizentes com a Proposta de Preço e Termo de Referencia da vencedora;

7.4. Fornecer, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quando solicitada, informações formais à CONTRATADA, tendo em vista orientá-la sobre quaisquer dúvidas surgidas durante a execução do presente contrato. Proporcionando à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente o Contrato

**CLÁUSULA OITAVA - CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:** O presente contrato não poderá ser cedido ou transferido a terceiros, total ou parcialmente.

**CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES ACESSÓRIAS:** Além das disposições presentes neste instrumento contratual, fica dele fazendo parte integrante, a Proposta apresentada pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE DO CONTRATO:** Fica afastada qualquer hipótese de reajuste do valor estabelecido na Cláusula Segunda deste Contrato.

10.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços, caso ocorra o desequilíbrio econômico - financeiro do contrato, em face de aumento de preços, devidamente justificado e comprovado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:** A rescisão contratual pode ser operada:

11.1. Por ato unilateral e formal do Município, conforme os casos enumerados nos incisos I à XII e XVII à XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

11.2. Por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, devendo a parte interessada em rescindir o presente contrato, manifestar seu interesse por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência;

11.3. A inexecução total ou parcial deste contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades previstas na cláusula seguinte, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos enumerados no art. 78, e acarretará também as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:** O descumprimento das condições estabelecidas neste instrumento sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002 e legislação complementar.

12.1. A CONTRATADA, em conformidade com o Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do Art. 4º da referida Lei, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e nas demais cominações legais asseguradas o direito à prévia e ampla defesa, se:

12.1.1. Recusar-se, injustificadamente, a celebrar este Contrato, se convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.2. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;

12.1.3. Ensejar o retardamento na execução do objeto deste Contrato;

12.1.4. Não manter a proposta, injustificadamente;

12.1.5. Falhar ou fraudar na execução do objeto deste Contrato.

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.7. Cometer fraude fiscal.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, bem como pelo descumprimento de normas de legislação de segurança, de saúde, trabalhista, fiscal, previdenciária, comercial e demais pertinente à execução do objeto contratual, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666 de 21/06/93, sendo que em caso de multa, esta corresponderá à;

- a) Advertência, em virtude do descumprimento de obrigações de pequena monta, podendo a Administração, no caso de haver o cometimento reiterado das faltas ensejadoras desta sanção, aplicar outras mais severas;
- b) multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia incidente sobre o valor total do contrato, em
- c) virtude do atraso no cumprimento das obrigações estabelecidas, aplicada até o limite de 05 (cinco) dias.
- d) multa de 0,2% (dois por cento), sobre o valor total do contrato, em razão inexecução total, ou sobre o valor remanescente, no caso de inexecução parcial;

12.2.1. As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a rescisão do contrato;

12.2.2. Pela rescisão do contrato pela CONTRATADA, sem justo motivo, será aplicado a esta multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado;

12.2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada;

12.2.4. Os valores apurados a título de multa serão retidos quando da realização do pagamento à CONTRATADA. Se estes forem insuficientes, poderão ser cobrados administrativa ou judicialmente após a notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos destinados ao cumprimento dos encargos decorrentes da presente contratação correrão por conta das Dotações Orçamentárias: 1 - Fundo Municipal de Saúde, 901 - Fundo Municipal de Saúde, 1052 – PMQ – Programa de melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica 10.301.22 - Atenção Básica e Vigilância Prevenção e Promoção da Saúde, 3.3.90.39.99 - Outros Serviços Terceiros PJ.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

Serão responsáveis por fiscalizar a execução do presente contrato, as pessoas a seguir: Jean Carlos Silva Gomes e Jéssica Santos da Costa, nomeadas pela Portaria: 18/2018 de 22 de Janeiro de 2018:

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO CONTRATUAL:** As partes elegem o Foro da Comarca do Município de Deodópolis, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam este TERMO DE CONTRATO, em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Deodópolis - MS, 15 de outubro de 2018.

---

**VALDIR LUIZ SARTOR**

Prefeito Municipal - Contratante

---

**RODOLFO HENRIQUE FELICIANO**

P/Contratada

Testemunhas:

---

**JEAN CARLOS SILVA GOMES**

CPF: 032.167.261-50

---

**ORLINDO DOS SANTOS SOUZA**

CPF: 095.673.758-79